

NOVEMBRO 2023

57ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Por que a direita não barrou a reforma tributária

Brasileiros juntam direita e esquerda para apoiar Putin, Maduro e o Hamas

Editorial: o Enem ideológico está de volta

Índice

Editorial: O Enem ideológico está de volta **03**

Roberto Motta: “É a cultura deles”: os progressistas que apoiam massacres **10**

Nikolas Ferreira: Nunca foi pelo meio ambiente **18**

Traições e interesses regionais: por que a direita não conseguiu barrar a reforma tributária **24**

Rivalidade sobre transposição do São Francisco é briga por autoria de erro histórico **35**

Nova Resistência: o grupo brasileiro que junta direita e esquerda para apoiar Putin, Maduro e o Hamas **49**

A região do Brasil que quer ser a maior produtora de proteína animal do mundo **76**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Coletiva de imprensa de divulgação do balanço da aplicação do Enem. | Foto: Luis Fortes/MEC

EDITORIAL

O Enem ideológico está de volta

O primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do terceiro mandato de Lula não surpreendeu: quem esperava uma prova ideologicamente carregada acertou em cheio. O ataque

grosseiro ao agronegócio tem sido o ponto mais destacado da primeira parte do exame, realizada neste domingo com os conteúdos de línguas, ciências humanas e redação; mas outras escolhas de textos refletem perfeitamente a forma como o petismo quer que os jovens pensem, que atitudes eles devem aprovar ou repudiar, e que pensadores precisam ter como referência.

Lula, como bem sabe todo brasileiro minimamente informado, é hostil ao agronegócio. O então candidato insultou os produtores rurais durante a campanha eleitoral, chamando-os de “fascistas”; e, uma vez empossado, deu rédea solta ao Movimento dos Sem-Terra (MST), que em dez meses de Lula 3 já realizou mais invasões que em todos os quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro. Os burocratas do Ministério

da Educação responsáveis pela seleção das questões do Enem não quiseram ficar atrás, e usaram um trecho de um artigo acadêmico que demoniza o avanço da agropecuária no Cerrado, associando a atividade à violência no campo.

Outra pergunta usou um texto de 2006 que liga o cultivo de soja e a pecuária ao desmatamento: “o desmatamento tem a ver também com a expansão da soja, porém atribuir a ela o fato principal parece não totalmente correto. Parto da compreensão central de que a lógica que gera o desmatamento está articulada pelo tripé grileiros, madeireiros e pecuaristas”, diz o autor citado.



Em um sistema educacional voltado para o bom resultado no Enem, os estudantes serão preparados para responder aquilo que o examinador quer. É aí que a semente da ideologia será plantada

A ideologia e as afinidades petistas ainda aparecem em outras perguntas; uma delas comete a proeza de abordar a “política demográfica” chinesa para a província de Xinjiang sem mencionar o genocídio dos uigures – no máximo, um dos textos usados afirma que a China estimula um “fluxo migratório” para “aumentar a proporção de chineses da etnia Han em relação à população local de etnias turca e muçulmana”. Mesmo nas questões em que o conteúdo do texto não tem ligação direta com as respostas – por exemplo,

na prova de linguagens, em que as perguntas estão ligadas a aspectos formais ou estilísticos – o viés é inegável. É o caso, por exemplo, de uma questão que traz números sobre homicídios em que as vítimas são negras, mas sem nenhum outro tipo de contextualização; uma pergunta baseada em um trecho de reportagem sobre união homoafetiva; ou a menção à participação da Laurel Hubbard, atleta transgênero da Nova Zelândia, na competição feminina de levantamento de peso nos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Já se vão mais de 15 anos desde que a **Gazeta do Povo** passou a denunciar com mais firmeza a ideologização de exames vestibulares e concursos públicos, e a situação apenas piorou, graças inclusive à onipresença do Enem. O exame havia sido criado em 1998 como meio de avaliação da

qualidade do ensino médio; foi no primeiro mandato de Lula que a prova se tornou meio de admissão ao ensino superior, e desde então foi ganhando cada vez mais relevância, a ponto de já ter substituído, completa ou parcialmente, vestibulares outrora importantíssimos. Quanto mais essencial o Enem se torna para quem almeja uma vaga universitária, especialmente nas instituições federais, mais influência têm os elaboradores e selecionadores das questões – que estão perfeitamente cientes deste poder.

Manuel Palácios, presidente do Inep (o órgão do MEC que elabora e aplica o Enem), respondeu às críticas afirmando que “ninguém precisa concordar com o suporte do item, nem o item está perguntando se o estudante concorda. A questão quer saber se o estudante é capaz de compreender um determinado texto”. O grau de cinismo

impressiona; qualquer um sabe que, em um sistema educacional voltado para o bom resultado no Enem, os estudantes serão preparados para responder aquilo que o examinador quer. É aí que a semente da ideologia será plantada; mesmo que professores e alunos discorram, todos sabem o que será preciso dizer para ter sucesso e quais são as opiniões “proibidas”, e isso deixa sua marca, independentemente do que pensem os alunos. É por isso que o petismo transformou o Enem, que já não procura saber se o candidato está bem preparado intelectualmente, mas medir sua docilidade ideológica.



[Voltar ao índice](#)



Assentos na Universidade de Tel Aviv ocupados com mais de mil fotos contendo nomes de vítimas mortas por terroristas do Hamas. | Foto: EFE/EPA/ABIR SULTAN

OPINIÃO

Roberto Motta

“É a cultura deles”: os progressistas que apoiam massacres

Em 2001 eu escrevia uma coluna semanal para uma revista de tecnologia. Então aconteceram

os atentados de 11 de setembro. Um grupo de terroristas islâmicos sequestrou aviões e os usou como armas. Dois aviões lotados foram atirados contra as torres do World Trade Center. Outro avião foi jogado no Pentágono. Um quarto avião caiu na Filadélfia, depois que os passageiros decidiram atacar os sequestradores e impedir que o aparelho fosse jogado na Casa Branca.

Minha reação foi de horror, que manifestei publicamente. Eu não estava preparado para a resposta do editor da revista em que eu trabalhava: ele culpou os Estados Unidos pelo ataque. Segundo ele, era uma reação justa contra o imperialismo americano. Eu confessei meu espanto; afinal, ele ganhava a vida escrevendo sobre tecnologia americana. Como podia se posicionar desse jeito? Sua justificativa

foi uma mistura de clichês ideológicos,
raciocínio infantilizado e debilidade moral.



*Todo padrão moral é relativo –
porque está conectado à cultura em
que vivemos – ou existem padrões
morais absolutos?*

Passa o tempo.

Anos depois, participei de uma discussão sobre os males da colonização espanhola na América. A chegada dos europeus, diziam alguns, só havia trazido desgraça, morte e destruição. Eu lembrei aos debatedores que uma das culturas que havia sido conquistada pelos espanhóis foi a civilização Asteca, cuja prática religiosa envolvia sacrifícios humanos. Mulheres, crianças e homens eram levados para o alto de

uma pirâmide, tinham seu peito aberto e o coração arrancado como oferenda. A resposta que recebi foi inacreditável.

“Essa era a cultura deles”, disse um dos debatedores, em tom furioso. “Ela tem que ser respeitada como qualquer outra cultura.” Fiquei muito tempo refletindo sobre aquilo. A matança de seres humanos poderia ser uma “prática cultural” respeitável? As perguntas que aquele episódio levantou foram muitas. Afinal, todas as culturas são iguais? Todas as práticas humanas são equivalentes? Os conceitos de certo e errado são relativos?



Será que todas as culturas têm o mesmo valor, e merecem o mesmo respeito e proteção, ou algumas culturas são superiores às outras pelos valores que defendem?

Muito tempo depois, em 2014, essas perguntas ressurgiriam. Eu fazia um mestrado em Administração e um dos professores explicou que algumas tribos tinham o costume de enterrar vivos os recém-nascidos, como forma de “controle da natalidade”. O professor deu a entender que era uma “prática cultural” normal e que não nos cabia julgar ou condenar esse ato. Se o fazíamos, era apenas porque esse “costume” não estava de acordo com os padrões ocidentais. Fazer isso era praticar “etnocentrismo cultural”, ou seja, julgar uma cultura diferente usando o referencial de nossa

própria cultura. E isso seria errado, o professor completou.

Mas todo padrão moral é relativo – porque está conectado à cultura em que vivemos – ou existem padrões morais absolutos? Será que todas as culturas têm o mesmo valor, e merecem o mesmo respeito e proteção, ou algumas culturas são superiores às outras pelos valores que defendem?

Depois do massacre de 7 de outubro realizado por terroristas do Hamas contra civis em Israel essas questões deixaram de ser abstratas. O mundo se lembrou que existem regimes teocráticos e grupos fundamentalistas que habitualmente oprimem, terrorizam, violentam, torturam e matam crianças, mulheres e minorias.

Inacreditavelmente, ativistas ocidentais que se proclamam defensores de direitos humanos apoiam essas práticas sob o argumento de que se trata “da cultura deles”. A expressão concreta dessa “cultura” – primitiva brutal e preconceituosa – se transforma, aos olhos desses relativistas morais, em resistência à “opressão” ocidental.

Essa é, obviamente, uma defesa do indefensável. Uma “cultura” que glorifica morte e tirania não tem lugar no mundo civilizado. Como explicam Geisiane Freitas e Patrícia Silva, no excelente *O Que Não Te Contaram Sobre o Movimento Antirracista*, existem hierarquias culturais, determinadas pelos elementos de cada cultura.

Elas dizem: “Por exemplo: culturas que praticavam o infanticídio ou o canibalismo, obviamente, não estão no mesmo patamar que culturas que defendem a vida desde a concepção. Culturas que exaltam promiscuidades conjugais, imoralidades sociais e todo o tipo de relativismo são inferiores por aquilo que defendem, não pela composição racial ou étnica de seu povo”.

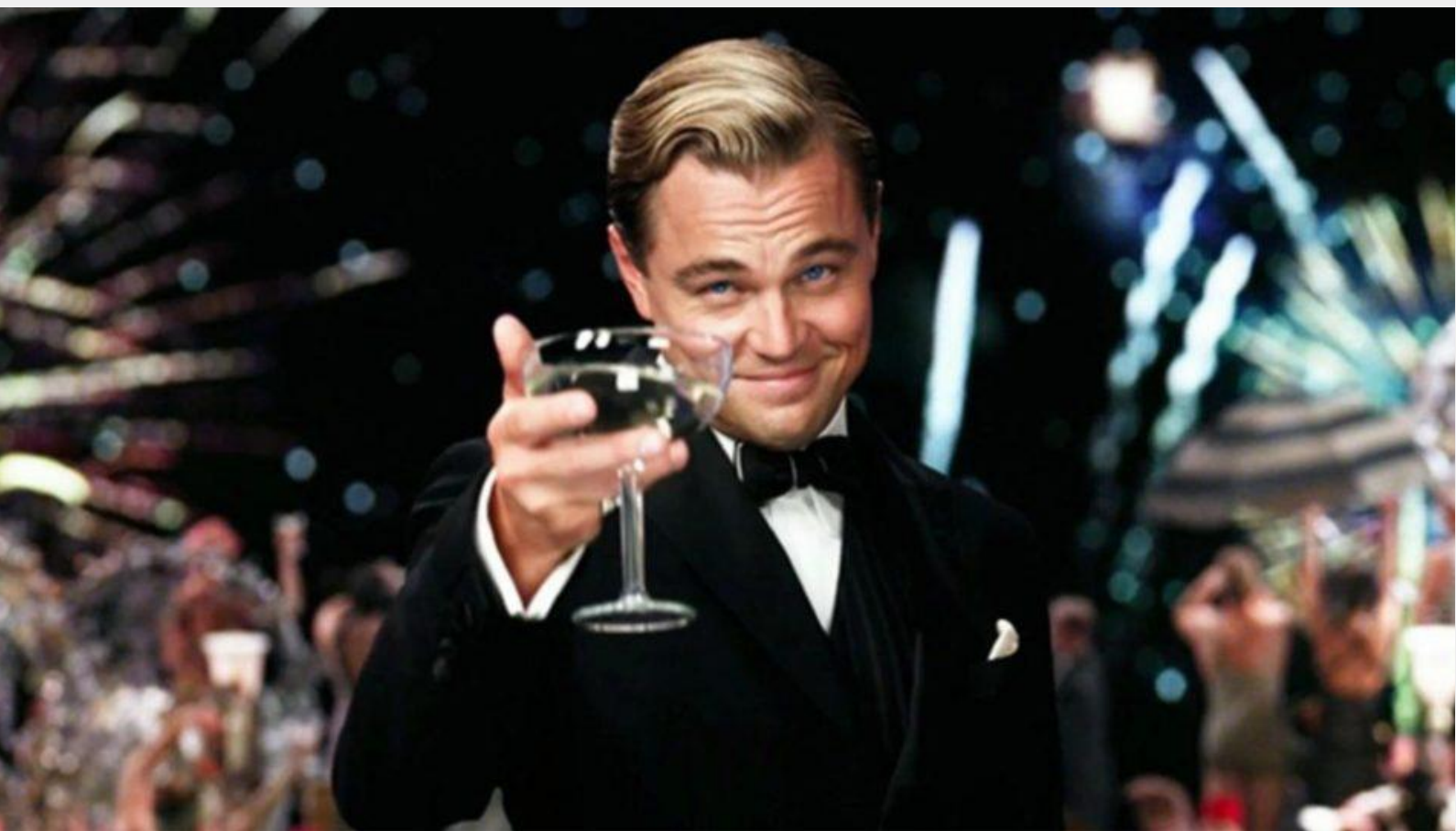


Autor: Roberto Motta é pesquisador da área de segurança pública, ex-consultor de tecnologia do Banco Mundial e ex-Secretário de Estado do Conselho de Segurança do Rio de Janeiro. É autor de 4 livros: “Ou Ficar A Pátria Livre”, “Jogando Para Ganhar: Teoria E Prática da Guerra Política”, “Os Inocentes do Leblon” e “A Construção da Maldade: Como Ocorreu a Destruição

da Segurança Pública Brasileira”. É graduado em engenharia pela PUC-RJ, tem mestrado em gestão pela Fundação Getúlio Vargas. Foi um dos fundadores do Partido Novo e é comentarista na Jovem Pan News.



[Voltar ao índice](#)



Um dos que estão calados é Leonardo Di Caprio | Foto: Warner Bros./Reprodução

OPINIÃO

Nikolas Ferreira

Nunca foi pelo meio ambiente

Enquanto o atual presidente nos dava a importante informação de que jaca não é uva, Manaus foi coberta por uma densa fumaça proveniente das queimadas que deixaram a

qualidade do ar em níveis péssimos durante vários dias. São milhares de focos de incêndio espalhados por Amazonas e Pará. Enquanto a floresta queima, os políticos, artistas e ONGs que no governo anterior se manifestavam e cobravam providências, agora estão completamente desaparecidos.

Um dos que estão calados é Leonardo Di Caprio. Bastante ativo nas redes sociais durante o período eleitoral de 2022, o ator costumava falar sobre a proteção das florestas e do meio ambiente, mas claro, sem abandonar os jatinhos e os iates avaliados em mais de R\$ 700 milhões. Aliás, o uso dos barcos milionários que emitem mais carbono em um trajeto de cerca de 11km do que um carro durante um ano inteiro, o fizeram ser conhecido como o “eco-hipócrita”.

Mark Ruffalo, mais conhecido por interpretar o personagem “Hulk” nas produções da Marvel, apoiou a candidatura de Lula citando diversas vezes a defesa da democracia. O retorno de um governo que não só se aliou a ditadores como financiou ditaduras que deram calote no Brasil poderia ser considerado democrata somente se considerarmos a tal “democracia relativa” defendida pela esquerda. A briga com Thanos parece ter deixado sequelas irreversíveis com níveis estratosféricos de hipocrisia e indignação seletiva, já que Ruffalo também não se manifestou sobre as queimadas.



Enquanto a floresta queima, os políticos, artistas e ONGs que no governo anterior se manifestavam e cobravam providências, agora estão completamente desaparecidos

Após “profetizar” em 2018 que o mundo acabaria em 2023 se a humanidade continuasse a usar combustíveis fósseis, Greta Thunberg teve que apagar a postagem mentirosa. O site mencionado pela militante ambientalista já havia sido excluído em 2021 e citava a declaração de James Anderson, professor da Universidade de Harvard. Não é de hoje que ativistas ambientais fazem previsões climáticas que não se concretizam. Em 1992, Severn Suzuki, então com 12 anos de idade, também havia feito algo semelhante na ECO 92, que aconteceu no Rio de Janeiro. Prova de que os

mesmos que se dizem defensores da ciência
endossam mais os discursos alarmistas
baseados em narrativas do que os fatos em si.

Marina Silva (que não gosta que falem que ela só aparece de quatro em quatro anos) utilizou o único argumento que a esquerda parece ter para justificar sua incompetência: declarou que tanto o desmatamento recorde no cerrado quanto a fumaça na capital amazonense registrada no governo do qual ela faz parte são culpa do... Bolsonaro. Será que o fato de a ministra do Meio Ambiente usar o jatinho da FAB para um voo de 25 minutos e a descoberta de que o IPAM recebeu R\$ 35 milhões do Fundo Amazônia em 2022 e gastou R\$ 24 milhões desse valor somente com consultorias, viagens e folha de pagamento também serão considerados por ela como culpa do presidente anterior?

Falando em ONGs, onde estão a mesma disposição e o engajamento do Greenpeace, que antes espalhava faixas e erguia a estátua de Jair Bolsonaro em áreas atingidas pelas queimadas? A verdade é que fica cada vez mais claro que a prioridade deles é defender uma única ideologia a todo custo, buscando retorno político. Não é pela Amazônia ou pelas girafas, que, claro, não vivem lá. Nunca foi pelo meio ambiente.



Autor: Nikolas Ferreira de Oliveira é natural de Belo Horizonte, tem 27 anos e é formado em Direito pela PUC Minas. Foi vereador na capital mineira e nas eleições de 2022 disputou uma vaga para a Câmara Federal, tornando-se o deputado mais votado do país e alcançando a maior votação da história de Minas Gerais, com 1.492.047 milhões de votos. É autor do best-seller

O Cristão e a Política, de 2022, livro inspirado nas palestras que ministrou no Brasil, Estados Unidos e Europa.



[Voltar ao índice](#)



O ex-presidente Jair Bolsonaro e o senador Ciro Nogueira ficaram em lados opostos na questão da reforma tributária | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

DUELO TENSO NO SENADO

Traições e interesses regionais: por que a direita não conseguiu barrar a reforma tributária

Por **Sílvio Ribas**

O desfecho da votação da reforma tributária no Senado, realizada em dois turnos na noite de

quarta-feira (8), revelou a interferência de fatores distintos, que vão além da simples polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ambos desempenharam papéis diretos nas negociações, buscando assegurar a aprovação (Lula) ou impedir (Bolsonaro) a proposta. O governo acabou vencendo sem a folga esperada, precisando fazer concessões de última hora. Foram apenas quatro votos além dos 49 necessários. O placar só não foi desfavorável devido a traições, benesses federais e interesses regionais.

A mobilização coordenada pelo líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), buscou ao longo da sessão somar votos suficientes para barrar o projeto. Em certo momento, a bancada oposicionista chegou a apoiar o projeto

alternativo proposto pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), com efeito meramente simbólico, para marcar posição. Após o primeiro turno, tentou-se também emplacar mudanças no texto. Em todo o momento, Marinho expôs contradições do projeto e o risco de elevação da carga tributária, com o Imposto de Valor Agregado (IVA) de maior alíquota no mundo, estimada em 27,5%, em razão dos regimes diferenciados (exceções concedidas a setores).

O núcleo mais fiel ao ex-presidente, por sua vez, até mostrou alinhamento de 90%, mas também evidenciou divergências entre os apoiadores de Bolsonaro, afetados pela influência de fatores regionais, da atuação de lobbies empresariais e, sobretudo, da tradicional persuasão por meio da concessão de

cargos federais e verbas do Orçamento. Nos bastidores, comenta-se que dois senadores conservadores mudaram de voto por essa motivação, obtendo favores do Planalto. A ação do Planalto envolveu o próprio Lula em abordagens e concessões de última hora do relator Eduardo Braga (MDB-AM).

A entrada de Bolsonaro em campo para barrar a reforma se deu com a sua ida ao Congresso, telefonemas e mensagens enviadas aos senadores da oposição. Na mão inversa, pesou forte a inesperada criação de um fundo com recursos da União para compensar os estados menores do Norte (Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), além da atuação intensa de ministros e lideranças do governo em busca de votos. Apesar das benesses anunciadas, o senador Dr. Hiran (PP-RR) destoou do grupo de senadores

nortistas e votou contra, cedendo à pressão pessoal de Bolsonaro.

Segundo relatos de bastidores, o governo negociou também o apoio dos ainda resistentes Giordano (MDB-SP), Rodrigo Cunha (Podemos-AL), Zequinha Marinho (Podemos-PA) e Nelsinho Trad (PSD-MS). O jornal O Estado de S. Paulo flagrou mensagem de Bolsonaro no celular de Trad, pedindo para votar contra a reforma. Em seguida vem a resposta do senador, lamentando já ter empenhado a palavra pelo voto favorável, após ter uma demanda acatada. Essas viradas jogaram contra o esforço do ex-presidente. Por uma retaliação pessoal, o senador Irajá (PSD-TO) acabou não comparecendo ao plenário, frustrando o governo.

Orientação dos líderes da direita foi ignorada por senadores

Os líderes dos partidos da base aliada – MDB, PDT, PSB, PSD, PT e União – orientaram naturalmente pela aprovação. Os dos partidos de oposição – Novo, PL e Republicanos –, por sua vez, indicaram o voto não.

Já o PP, cujo presidente nacional e senador Ciro Nogueira (PI) se posiciona como opositor ao governo, liberou a bancada, tal qual também fizeram PSDB e Podemos. Nogueira e o senador Laércio Oliveira (PP-SE) votaram a favor da reforma. A líder do PP no Senado, ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (MS), votou contra a reforma.

O voto de Nogueira a favor pode ter sido um canal de sintonia com o correligionário Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, que quer fazer avançar a agenda reformista. O senador oposicionista Plínio Valério (PSDB-MA), por sua vez, foi à tribuna para informar que apoiaria a PEC em razão da opção pela manutenção dos subsídios da Zona Franca de Manaus.

Quem deixou de votar, como o senador Márcio Bittar (União Brasil-AC), ajudou indiretamente a oposição, pois o objetivo principal era impedir que o governo alcançasse a marca de 49 votos favoráveis. Bittar foi afetado também pela inclusão do fundo de ajuda aos estados do Norte. Aliado do governo, Cid Gomes (PDT-CE), também se absteve, assim como o oposicionista Marcos Rogério (PL-RO). Flavio Arns (PSB-PR)

estava inclinado a apoiar a proposta de Oriovisto, mas acabou votando com o governo.

Aspectos regionais impedem partidos de fechar questão

Para o cientista político Ismael Almeida, as contradições evidenciadas no desfecho da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) eram previsíveis, dada a natureza complexa da matéria.

“A reforma tributária abrange uma rede intrincada de interesses, que vão desde o âmbito empresarial até as esferas políticas e federativas. Nesse cenário multifacetado, torna-se desafiador para a maioria dos partidos impor uma posição unificada, dada a diversidade de interesses presentes”, observou.

Ele acrescentou que os aspectos regionais e as condições específicas de cada mandato de senador também exercem influência significativa, acrescentando dificuldade extra às tomadas de decisão.

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) causou surpresa por ser um dos dois votos do PP a favor da reforma. Defensor do setor do comércio e serviços, cuja perspectiva é de aumento da carga tributária, ele tentou explicar seu voto aos eleitores surpreendidos pela acolhida de uma emenda pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM).

“A emenda 722 de minha autoria preserva milhões de empregos no comércio. Ela exige que

o governo envie projeto de lei reformando a tributação sobre os salários em até 180 dias. A reforma da tributação sobre a folha, inclusive sua desoneração universal, é a forma de preservar a seguridade social e diminuir a elevação da carga tributária sobre os serviços", afirmou o senador.

“As exceções previstas na reforma são importantes para amenizar o impacto brutal que ela causará sobre o mercado, sobretudo sobre o setor de serviços. O ideal seria que a PEC não fosse votada agora. Precisa ser mais pensada e dialogada com todos. Se as leis complementares que regularão inúmeras questões e que foram deixadas em aberto não tiverem densidade normativa suficiente, o novo sistema correrá o risco de ser impraticável”,

comentou o advogado tributarista Daniel Correa Szelbracikowski.

Curiosamente, apesar de protagonizar embates com a oposição nos últimos meses, Soraya Thronicke (Podemos-MS) votou contra a reforma governista, por defender seu projeto ainda da campanha presidencial de um imposto único, sempre associada ao seu vice na chapa, o economista Marcos Cintra.



[Voltar ao índice](#)



Trecho de transposição do Rio São Francisco. | Foto: TV Brasil/Agência Brasil

BOLSONARO X LULA

Rivalidade sobre transposição do São Francisco é briga por autoria de erro histórico

Por Leonardo Desideri

Nos últimos dias, diversos conteúdos publicados nas redes sociais falam sobre problemas de seca ou desligamento de bombas

em canais da transposição do Rio São Francisco. Muitos deles são registros antigos e já foram desmentidos por alguns meios jornalísticos. Outros são autênticos e mostram, de fato, canais das obras de transposição com trechos parcial ou completamente secos.

As publicações recentes e as checagens de conteúdo são mais um capítulo de uma guerra pela autoria da obra, que há décadas é vendida como panaceia para a falta de água em regiões afetadas pela seca no Nordeste do país.

Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) acusam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de tentar sabotar a conclusão da obra para perpetuar a indústria da seca. Apoiadores de Lula acusam Bolsonaro de tentar capitalizar politicamente uma obra que teria o petista como pai.

Para especialistas consultados pela **Gazeta do Povo**, Lula e Bolsonaro estão brigando pela autoria de um erro histórico. Os canais de transposição são, na visão deles, nada mais do que um elefante branco que não chega perto de resolver o problema social da falta de água no semiárido brasileiro.

A ideia de deslocar o Rio São Francisco é do século 19, dos tempos do Brasil Império, e foi retomada por diversos governos na história da República. Em 1998, o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) concebeu um projeto de transposição do rio, que começou a ser implementado no final do primeiro governo Lula, em 2007.

Desde a década de 1990, o professor João Abner Guimarães Júnior, doutor em Engenharia

Hidráulica e Saneamento e professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), busca mostrar, junto com um grupo de pesquisadores da mesma área, que a transposição do Rio São Francisco é um erro desde sua concepção. Agora, ele se considera vingado pela realidade.

"A realidade está mostrando o que é a transposição do São Francisco. É um projeto inviável, entendeu? Um projeto político que teve principalmente motivação político-eleitoral. Já cumpriu com a sua finalidade. Foi usado e abusado tanto na eleição de Lula como na eleição de Dilma. Até mesmo Bolsonaro usou e abusou desse projeto. O interesse político – que sempre foi, para mim, o principal – já chupou o sumo da transposição. O que ficou? Ficou uma obra inviável. A transposição é uma obra

inviável. O custo de manutenção da transposição é absurdo. Vai custar, por ano, mais de meio bilhão de reais", critica.

O grande problema do semiárido, segundo ele, é a infraestrutura de distribuição da água para a população. Para esse problema, a classe política brasileira nem sequer começou a propor soluções. A questão urbana de como levar a água aos habitantes dos municípios do semiárido deveria ser prioritária e anterior aos planos de transposição do rio, mas nunca foi enfrentada.

Abner considera previsível, por isso, que comecem a surgir imagens de trechos dos canais da transposição inutilizados: não há órgão estatal ou empresa que vá querer bancar a manutenção desses canais sem um projeto claro de como eles poderiam servir à população.

"É um custo de manutenção muito alto, que os estados não querem bancar. Falaram no início que esse custo seria bancado pelo setor urbano. Só que o setor urbano ainda não foi nem consultado se topa ou não pagar por essa água. A inviabilidade econômica está aparecendo. Nós dizíamos isso em 2004, mas havia uma rede de proteção que impedia isso de se tornar público. Enquanto as obras estavam sendo feitas, elas não podiam parar", comenta.

Segundo ele, os canais de concreto, expostos ao sol do sertão nordestino, tendem a sofrer rápida deterioração. Por isso, a manutenção será cara tanto nos casos em que a água for bombeada e correr pelos canais – o que vai diminuir a erosão do concreto, mas vai demandar alto consumo de energia – quanto nas situações em que os canais ficarem secos.

Para Eduardo Lima de Matos, doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e ex-secretário do Meio Ambiente de Aracaju, há um "erro de concepção grandioso" nas obras de transposição do São Francisco.

"A prioridade não era o social, não era acessar as pessoas sem água. Levar água para as pessoas era, digamos, a propaganda do projeto, mas não a essência", critica. "Claro que algumas cidades que estão numa zona seca, como Campina Grande, precisavam de uma transposição pontualmente. Mas nós estamos falando de dois canais gigantes de mais de 700 quilômetros", acrescenta.

Matos considera que o investimento necessário para montar uma infraestrutura de distribuição

da água seria, hoje, mais ou menos equivalente ao da transposição – que ultrapassa os R\$ 15 bilhões –, mas destaca, assim como Abner, que nunca houve um plano verdadeiro para isso.

Os dois especialistas discordam, contudo, sobre as reais motivações para a transposição. Para Matos, o projeto serviu essencialmente para bancar a produção agrícola para exportação.

"Essa água da transposição é para a fruticultura irrigada, é para a exportação. Estamos exportando a água do São Francisco a um preço caríssimo bancado pelo sistema", diz.

Para Abner, o objetivo é "a obra pela obra": os reais interessados são o setor da construção civil e os demagogos da política. "A prioridade era fazer a obra em si. E quanto maior fosse a obra, melhor. Essa lógica prevalece até hoje. São

obras que contam com interesse da indústria da construção civil, com uma grande articulação dentro do governo, e que conseguem juntar muitos políticos. Essa é a lógica da indústria da seca".

Bolsonaro teve chance de redirecionar projeto, mas preferiu seguir lógica da indústria da seca

João Abner diz que, quando Bolsonaro assumiu, ele e outros especialistas na gestão de recursos hídricos tinham boas expectativas e chegaram a levar uma proposta com diretrizes para a distribuição de água aos municípios do semiárido, pensando especialmente em ajudar a solucionar o problema do abastecimento humano.

No início do governo, em 2019, o então ministro do Desenvolvimento Regional Gustavo Canuto parecia receptivo às novas ideias. Mas, aos poucos, a proposta de concluir a transposição seguindo os moldes da indústria da seca começou a ser vista como eleitoralmente importante para Bolsonaro. Rogério Marinho, que substituiu Canuto no começo de 2020, encampou o plano de dar cabo à execução física das obras de transposição do São Francisco e de vender isso como uma conquista do governo Bolsonaro.

A transposição do Rio São Francisco é dividida entre dois eixos principais: o Eixo Leste, que tem 217 km e cruza municípios da Paraíba e de Pernambuco, e o Eixo Norte, com 260 km, cruzando municípios de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Mais de

95% de ambos os eixos já tinham suas estruturas físicas prontas quando Bolsonaro assumiu, mas seu governo concluiu essas obras, que se estendiam desde 2007.

Além disso, o governo Bolsonaro também levou a cabo as obras do Ramal do Agreste, de 71 km, que conduz água do Eixo Leste a mais municípios de Pernambuco, e começou as obras do ramal do Apodi, com 115 km, que leva água do Eixo Norte ao Rio Grande do Norte. Ambos os ramais estavam no projeto original, mas não tinham sido iniciados pelos governos do PT.

No final do governo Bolsonaro, e especialmente na época das eleições, a aceleração das obras e a conclusão de trechos importantes foram exploradas pelo ex-presidente na campanha. Ao longo das gestões petistas, promessas de

conclusão das obras foram reiteradas, mas nunca cumpridas, e Bolsonaro decidiu aproveitar isso politicamente.

Em 2009, conforme mostra uma reportagem da Folha de S.Paulo dessa época, Lula prometeu concluir os eixos Norte e Leste em 2012; em 2013, conforme reportagem do Correio Braziliense, Dilma afirmou que concluiria as obras de transposição do São Francisco em 2015; em 2015, segundo o portal G1, Dilma prometeu concluir as obras em 2016.

Embora tenha sido eficaz nas entregas, Bolsonaro manteve os projetos tais como eles foram concebidos na época de FHC. Para Abner, o ex-presidente perdeu uma oportunidade de redirecionar a gestão hídrica da região Nordeste e de ajudar a dar fim à lógica da indústria da

seca. E, se seu objetivo era explorar eleitoralmente a transposição, isso também não deu certo.

"Nas cidades onde a água da transposição passou, onde ele inaugurou a transposição, a derrota popular foi grande. Não deu resultado eleitoral", afirma.

Embora seja crítico das obras de transposição, Abner não é fatalista quanto ao problema do abastecimento de água no semiárido. Ele enxerga a possibilidade de resolver o problema por outros meios.

Para ele, é preciso setorizar a gestão hídrica no Nordeste, mais do que executar grandes obras. Além disso, é necessário induzir a participação de capital privado, em uma espécie de "choque

liberal" do abastecimento de água no semiárido, estimulando as parcerias público-privadas. Isso deve estar aliado, segundo ele, a um plano que integre as esferas de governo federal, estadual e municipal.

"Seria uma verdadeira revolução nessa área. Mas teria que entrar com privatização. A indústria da seca é uma doença do Estado brasileiro. E, enquanto a gente não diminuir o papel do Estado brasileiro nesse setor de água, a gente não vai se livrar da indústria da seca", comenta.



[Voltar ao índice](#)



Participantes do II Congresso Nacional da Nova Resistência, realizado em outubro de 2021. | Foto: Reprodução / Site da Nova Resistência

MOVIMENTO EXTREMISTA

Nova Resistência: o grupo brasileiro que junta direita e esquerda para apoiar Putin, Maduro e o Hamas

Por Omar Godoy

“Extrema direita disfarçada de nacionalista”.

“Híbrido entre neonazismo e stalinismo”.

“Facção neofascista infiltrada no PDT”. “Segui-

dores de uma ideologia inspirada no nazismo e no satanismo”. “Ameaça terrorista”. “Disseminadores de fake news pró-Rússia”. “Os antisemitas do PDT”.

Estas são apenas algumas das definições utilizadas pela imprensa e a academia para se referir à Nova Resistência (NR) – um movimento político com pouco mais de 300 afiliados, mas que recentemente entrou no radar da opinião pública e até do governo norte-americano.

Fundada no Rio Janeiro há oito anos, em meio aos efeitos das Jornadas de Junho de 2013, a organização segue a cartilha da Quarta Teoria Política, criada e divulgada pelo filósofo russo Alexander Dugin, considerado um dos principais conselheiros de Vladimir Putin em seus projetos expansionistas.

Trata-se de uma intrincada teia ideológica que, resumindo vulgarmente, conecta ideias extremistas tanto de direita quando de esquerda. E foi batizada de “quarta” porque propõe uma alternativa, ou a superação, das três ideologias dominantes no século XX: o liberalismo, o comunismo e o fascismo.

A rejeição às pautas identitárias, ao chamado globalismo e à hegemonia geopolítica dos EUA é a cola conceitual que une a NR, formada por militantes egressos dos mais diversos grupos – de olavistas a comunistas, passando por fascistas, nazistas, nacionalistas, trabalhistas, separatistas, MBListas e integralistas.

Para os “novos resistentes”, o mundo carece de multipolaridade, ou seja, da participação de mais países como polos de poder. E essas nações

são, quase sempre, ditaduras, autocracias ou democracias questionáveis do ponto de vista da ordem política ocidental (como China, Síria, Irã, Coreia do Norte, Venezuela e, é claro, a Rússia).

Com relação ao atual conflito no Oriente Médio, por exemplo, eles se opõem a Israel (responsável, segundo o site da organização, por “crimes contra a humanidade” em Gaza).

Em seus primeiros anos de atividade, a NR praticamente só era percebida pelo círculo politizado das redes sociais. Mas, em outubro de 2021, um relatório de avaliação de risco publicado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Governo Federal, o Coaf, ligou o alerta de mais gente com relação aos duginistas locais.

Produzido pelo Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, o documento inclui a Nova Resistência na categoria dos “grupos extremistas violentos não islâmicos”.

Diz o texto: “Os grupos extremistas violentos não islâmicos compreendem os grupos ecoterroristas; os anarquistas insurrecionais; os movimentos anticivilização, ultranacionalistas e neonazistas; os grupos radicais por motivação étnico-racial; adeptos da ideologia da Quarta Teoria Política, do grupo Nova Resistência, do novo integralismo; grupos que pregam a intolerância religiosa; e aqueles motivados pela radicalização virtual em fóruns”.

Em 2022, durante a campanha eleitoral, a NR voltou a furar a bolha tuiteira – e, dessa vez, apareceu em praticamente todos os jornais e portais de notícias. O motivo foi uma suposta “infiltração” de afiliados da organização nas fileiras do PDT.

Pelo menos dois candidatos do partido em São Paulo participaram de eventos ou debates no YouTube promovidos pela Nova Resistência: Aldo Rebelo (ex-ministro dos governos Lula e Dilma e ex-membro do PCdoB, em busca de uma vaga no Senado) e Robinson Farinazzo (comandante da reserva da Marinha, que pleiteava o cargo de deputado estadual).

Nenhum dos dois foi eleito, porém seu envolvimento com os duginistas acabou respingando (de leve) no candidato da legenda à presidência

da República, **Ciro Gomes**. Sabatinado no programa **Roda Viva**, da **TV Cultura**, o político foi questionado por um jornalista sobre a “presença de um grupo de extrema direita nos quadros do **PDT**”, formado por “negacionistas do Holocausto e das vacinas e gente que critica a militância **LGBT** e o movimento negro”. **Ciro** apenas respondeu, rapidamente: “Qualquer neonazista, neofascista, racista, ou seja lá que diabo for, não vai estar no **PDT**”.

Na ocasião, o então presidente do partido, **Carlos Lupi** (hoje ministro da Previdência Social), divulgou uma nota oficial sobre a controvérsia. “O **PDT** afirma que não possui qualquer tipo de vínculo com o movimento **Nova Resistência** e seus membros. No Brasil, são mais de um milhão de filiados ao partido e todos que assumirem a dupla militância serão

excluídos. O único caso registrado foi em 2020, com o devido cancelamento da filiação. Já Robinson Farinazzo, oficial da reserva da Marinha, nega a defesa da pauta do NR.”

Há duas semanas, no entanto, o site Congresso em Foco noticiou a expulsão de 50 pedetistas ligados ao grupo duginista. A lista de desfiliações inclui uma das principais lideranças da Nova Resistência, Amaryllis Rezende, que participava da ala do partido dedicada às mulheres.

Grupo também é monitorado pelo governo dos Estados Unidos

Ainda em 2022, no mês de dezembro, a Nova Resistência foi citada em outro relatório de circulação pública. Com o título de “O extremismo de direita entre adolescentes e

jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental” e hospedado no site da ONG Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, o documento é assinado por 13 autoras ligadas ao ativismo de esquerda (entre psicólogas, educadoras, pesquisadoras acadêmicas e jornalistas).

Segundo o levantamento, a NR faz parte de uma lista de grupos que “buscam a promoção de uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos ‘não negociáveis’.” E se faltava algum acontecimento para colocar de vez os duginistas no mapa político brasileiro, ele veio à tona no

último dia 19 de outubro – quando mais um relatório, divulgado pelo governo dos EUA, ganhou repercussão nacional.

Intitulado “Exportando desinformação em favor do Kremlin: o caso da Nova Resistência no Brasil”, o documento de 28 páginas foi elaborado pelo Global Engagement Center, uma agência do Departamento de Estado norte-americano criada para “reconhecer, compreender, expor e combater” iniciativas estrangeiras de propaganda e desinformação que possam prejudicar os EUA e seus aliados.

De acordo com o material, o movimento integra uma rede utilizada pelo governo da Rússia para “manipular informações e disseminar ideologias antidemocráticas e autoritárias ao redor do mundo”. “A Nova Resistência apoia

ativamente regimes autoritários tanto à esquerda como à direita em nível global e promove os objetivos geopolíticos do Kremlin de desestabilizar as democracias e minar o sistema internacional baseado em regras”, diz o texto, que também classifica a organização como “neofascista” e “quase paramilitar”.

O estudo ainda menciona que o grupo promove ações do Grupo Wagner (milícia criada por ex-oficiais do exército da Rússia), recruta brasileiros para lutar na Guerra da Ucrânia pelo lado russo e tenta se infiltrar em um partido político cujo nome não é mencionado – e isso explica a onda de expulsões do PDT, noticiada após a publicação do relatório americano.

O levantamento, no entanto, traz algumas inconsistências e omissões. Como a ausência

completa de informações sobre um vereador filiado à organização (Ivanzinho de Joventino, eleito pelo Cidadania na cidade paraibana de Cuité) e a conclusão de que não há evidências concretas do controle do grupo por parte dos serviços de inteligência russos.

Em seu site oficial, a NR afirma não receber qualquer tipo de recurso de governos estrangeiros. E atribui o monitoramento de suas atividades por parte dos EUA ao fato de que o país “simplesmente não consegue conceber qualquer projeto geopolítico que não os contemple no posto de hegemonia mundial”. “O conteúdo da organização não é nada além da tradição nacionalista e trabalhista brasileira adaptada para o século XXI pelo prisma filosófico fornecido pela Quarta Teoria Política de Alexander Dugin”, diz a nota.

Para pesquisadores, é equivocado associar o duginismo apenas à direita

Para quem acompanha as movimentações da NR, e critica sua atuação, as bases conceituais do grupo vão muito além do nacionalismo e do trabalhismo. E tampouco podem ser somente associadas às ideias da extrema direita, como a imprensa e a academia querem impor ao público – vide o termo “infiltração”, usado para mascarar as afinidades ideológicas do grupo com o PDT.

“É um equívoco classificá-los apenas como sendo de direita. O duginismo é um extremismo híbrido, composto, que percorre com facilidade conceitos da direita e da esquerda radicais. Um buffet em que a pessoa escolhe o que gosta e coloca no pratinho dela. E é essa fluidez que

torna a Quarta Teoria Política tão atrativa para certos segmentos”, diz Michele Prado, pesquisadora de movimentos políticos extremistas e autora dos livros ‘Tempestade Ideológica’ e ‘Red Pill: Radicalização e Extremismo’.

Segundo Michele, as ideias de Dugin são “o puro suco do fascismo” – uma receita que combina desde o nacional socialismo até o extremismo islâmico, passando por nacional bolchevismo, perenialismo, tradicionalismo, evolianismo, guenonismo, Nouvelle Droite (a “nova direita” francesa surgida no final dos anos 1960), fascismo gnóstico, neonazismo, ocultismo nazista e iliberalismo, entre outras correntes.

Jornalista e escritor do site do Instituto Estudos Nacionais, Cristian Derosa conheceu as ideias de Alexander Dugin em 2011, quando o russo

travou um debate público com o filósofo brasileiro Olavo de Carvalho sobre a nova ordem mundial. Ele lembra que a conferência, hoje histórica e registrada em livro, teve um caráter mais cultural do que político, e aconteceu muito antes dos dois serem considerados “gurus” de Vladimir Putin e Jair Bolsonaro.

Discípulo assumido de Carvalho, Derosa monitora a Nova Resistência praticamente desde seu surgimento, e expressa uma preocupação com o crescimento da organização – cujos seguidores, segundo ele, são orientados pessoalmente por Dugin (que já esteve duas vezes no Brasil, antes da criação da NR).

“O desejo de oposição ao globalismo e ao identitarismo são tentáculos que vem puxando pessoas de direita para o grupo, inclusive

ex-alunos do professor Olavo. Vai ser muito difícil dissociar a NR da direita no futuro. Esse risco é muito grande”, diz o jornalista.

A professora de Filosofia Bruna Torlay, diretora da revista Esmeril, faz uma observação semelhante. “Há uma direita católica e, infelizmente, sem cultura que não tem a capacidade de compreender que o duginismo é, no fundo, uma recusa ao amor e uma defesa da destruição. É o oposto do que propôs o Olavo de Carvalho”, afirma.

E completa: “Para mim, o simples fato de o Dugin ser tributário do [filósofo alemão Martin] Heidegger, um queridinho dos esquerdistas, já aproxima ele muito mais da esquerda do que da direita”.

Líder admite ter participado de fóruns fascistas no início dos anos 2000

Difícil mesmo é separar a imagem da Nova Resistência da figura de Raphael Machado, seu líder, fundador e um influencer bastante ativo nas redes sociais. Além de ter 21 mil seguidores no Twitter/X, o advogado de 35 anos é acompanhado de perto por vários militantes de esquerda, que costumam “printar” e expor suas mensagens mais polêmicas. Muitas delas datam do início dos anos 2000, quando Machado fazia parte de fóruns de discussão voltados ao fascismo, ainda nos tempos do Orkut.

Citado nominalmente em diversos trechos do relatório do governo americano, ele é acusado de “promover abertamente narrativas antissemitas” e de ter um “papel fundamental”

no recrutamento do brasileiro Rafael Lusvarghi como voluntário de tropas russas nos conflitos pela independência das regiões separatistas de Donetsk e Luhansk, em 2014 (antes da fundação da NR). Capturado e condenado por terrorismo pelas autoridades da Ucrânia, Lusvarghi foi libertado e voltou a ser preso novamente em 2021, no Brasil, por esconder munições e traficar drogas.

“Eu fui fascista, sim. E o Dugin também foi, nos anos 1980. Não somos mais, mas parece que a esquerda quer que eu faça uma genuflexão em praça pública para pedir perdão”, afirma Raphael Machado, em entrevista por telefone à reportagem da Gazeta.

Ele ainda admite sua participação na frente de brasileiros que intermediou a ida de Luvarsghi

para a Ucrânia e reconhece ter feito piadas inadequadas sobre judeus na internet, porém alega que muitos desses prints são montagens falsas produzidas para incriminá-lo.

Um desses registros, que ficou famoso no Twitter/X e Machado assume ser de sua autoria, trata do livro ‘O Diário de Anne Frank’ (centrado no relato de uma adolescente vítima do Holocausto). “‘O Diário de Anne Frank’ não passa de uma obra de ficção. E uma obra de ficção medíocre, para piorar”, diz a postagem.

Na semana passada, outra liderança da Nova Resistência, o jornalista Lucas Leiroz, causou indignação nas redes ao afirmar que Israel, e não o Hamas, matou a DJ alemã Shani Louk, de 23 anos – cujo corpo, violentado e mutilado, foi

exibido em uma caminhonete pela milícia palestina, em um vídeo que chocou o mundo.

“Julgaram que Shani havia sido estuprada e morta pelo Hamas por estar seminua e aparentemente sem vida no tal vídeo. Mas depois foi confirmado que, na verdade, ela havia sido ferida no fogo-cruzado e no momento do vídeo estava sendo resgatada pelos palestinos. Além disso, ela já estava seminua na festa rave que ficou no meio dos confrontos entre o Hamas e as IDF (Forças de Defesa de Israel), não tendo sido despida para ser estuprada”, afirma Leiroz em um trecho do texto, desmentido pelo recurso “Notas da Comunidade” do Twitter/X e posteriormente apagado.

Para os “novos resistentes”, o eleitor brasileiro quer “Bolsa Família e Rota na rua”

O líder da Nova Resistência conta que a organização surgiu a partir do encontro de cinco amigos no dia 31 de janeiro de 2015, na capital fluminense. Nessa época, Machado já se interessava pela Quarta Teoria Política e o conceito de multipolaridade – e concluiu que o Brasil teria mais espaço no cenário internacional se atualizasse o nacionalismo e o trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (daí vem a aproximação com o PDT, e não “infiltração”, como ele faz questão de corrigir).

Em seus primeiros posicionamentos, o movimento era crítico à gestão de Dilma Rousseff, por sua aproximação com o progressismo

cultural e um falso discurso desenvolvimentista. “Era uma retórica simbólica, pois na prática o governo praticava uma subserviência voluntária aos EUA”, diz Raphael Machado.

Ao mesmo tempo, o grupo se mostrava contrário ao “empoderamento desmedido” que a Operação Lava Jato proporcionou ao Judiciário e alertava para o “precedente perigoso” que poderia ser aberto com o impeachment da presidente.

Aliás, a nova Resistência nunca fez uma oposição frontal a Bolsonaro ou Lula (nas eleições passadas, seus membros foram liberados para apoiar os presidenciáveis de sua preferência). “Só tecemos críticas construtivas sobre os dois governos. Acreditamos que eles representam patriotas e pessoas de bem, que

são conservadoras nos costumes, mas acreditam que o Estado deve participar, com investimentos, da saúde, educação, segurança”, diz o líder da organização.

Dentro dessa lógica, chama a atenção o meme “Bolsa Família e Rota [o batalhão de choque da polícia de São Paulo] na rua”, citado por Machado durante a entrevista.

Hoje vivendo na cidade gaúcha de Caxias do Sul, ele não atua mais na advocacia. Afirma que se dedica às atividades da Nova Resistência, comanda uma editora voltada para publicações sobre política e filosofia (incluindo, claro, obras escritas por Alexander Dugin) e presta consultoria para uma empresa russa do ramo de fertilizantes.

Sobre as consequências do documento produzido pelo Departamento de Estado dos EUA, Machado não esconde: a polêmica só ajudou o grupo. “Apenas nos cinco ou seis dias depois da divulgação, recebemos cerca de 250 solicitações de filiação em nosso site”, diz.

Dissidentes da Nova Resistência hoje formam uma nova frente e rejeitam Dugin

Apesar de contar com poucos membros e ser relativamente recente, a NR já tem uma dissidência. É a Frente Sol da Pátria, fundada no ano passado por ex-integrantes do movimento que atualmente seguem uma linha, segundo seu site oficial, mais tradicionalista e trabalhista. O novo grupo inclusive rejeita a Quarta Teoria Política, considerada incompatível com o nacionalismo que defendem.

Questionado acerca da guinada anti-Dugin de seus ex-companheiros, Raphael Machado diz se tratar apenas de uma “estratégia de marketing”, pois o nicho duginista no Brasil já está ocupado pela Nova Resistência. De qualquer forma, tanto ele quanto o presidente de honra da Sol da Pátria, o historiador André Luiz dos Reis, declaram que o racha se deu, acima de tudo, por “questões administrativas”.

“Nossa saída não foi planejada. Ela aconteceu por causa de conflitos na reformulação dos mecanismos decisórios da organização”, afirma dos Reis, que deixou a NR com outros 25 membros.

As discordâncias com o duginismo, no entanto, sempre o acompanharam – mas, segundo ele, não eram externadas em nome da unidade da

organização. “Venho de uma família de brizolistas, sou mais ligado ao trabalhismo, ao varguismo. Entrei para a Nova Resistência com a proposta de recolocar esses conceitos no debate público, mas o grupo acabou ficando muito dependente da opinião do Dugin”, diz.

Para o historiador, o russo é um “teórico interessante”, porém acabou se perdendo ao assumir o posto de garoto-propaganda de Vladimir Putin e mudar de discurso de acordo com as decisões tomadas pelo Kremlin.

André Luiz dos Reis ainda faz uma revelação curiosa: segundo ele, a Nova Resistência foi completamente pega de surpresa pela notícia da invasão russa à Ucrânia, em fevereiro do ano passado – apenas poucos dias depois do desligamento voluntário da ala dissidente.

“Nós, da NR, fazíamos uma leitura totalmente diferente dos acontecimentos. Achávamos que a Rússia manteria a situação de ‘molho’, ajudando as repúblicas autônomas, deixando o [presidente ucraniano Volodymyr] Zelensky se enfraquecer politicamente e aguardando os ventos mudarem. Realmente não esperávamos tudo o que acabou acontecendo”, afirma.

A reportagem da **Gazeta do Povo** procurou Aldo Rebelo, Robinson Farinazzo, Ciro Gomes, Ivanzinho de Joventino e o presidente interino do PDT, o deputado federal André Figueiredo (CE), para comentar os assuntos tratados neste texto, mas não obteve retorno até a conclusão do material.



[Voltar ao índice](#)



*Oeste do Paraná quer ser referência mundial na produção de proteína animal. |
Foto: Jonathan Campos/Agência de Notícias do Paraná*

AVES, PEIXES E SUÍNOS

A região do Brasil que quer ser a maior produtora de proteína animal do mundo

Por Juliet Manfrin

Próxima da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a região oeste paranaense

está se organizando para, em até 20 anos, se tornar a maior produtora de proteína animal do mundo. A estratégia está sendo traçada por líderes empresariais que, organizados em um modelo de articulação, têm evidenciado características e atividades desenvolvidas naquele território, colocando-o na vanguarda do segmento no país.

A região responde por mais da metade da produção avícola e da suinocultura do Paraná, fomentada pelas fortes e bilionárias cooperativas do agro. É a partir delas que se planeja alcançar a liderança mundial. Cinco das dez maiores do segmento no Brasil e que figuram entre as 100 maiores cooperativas agrícolas do mundo estão na região.

“O Paraná é uma potência na produção de proteína animal, que é a transformação e agregação de valor da soja, do milho. Queremos em, no máximo 20 anos, sermos reconhecidos como os maiores produtores de proteína animal do mundo”, estabeleceu o presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento (POD), o industrial Rainer Zielasko.

O estado tem o maior plantel de aves do Brasil, com 428,5 milhões de cabeças. É o terceiro em produção de suínos, com 6,7 milhões de animais. Na piscicultura, o Paraná também é uma potência e se tornou o maior produtor de tilápias do país. A produção de peixes alcança 167,3 mil toneladas ao ano e são 400 milhões de alevinos. “Temos muito a crescer. Temos área, capacidade de crescimento sustentável e espaço de mercado para esse avanço. E existe um

planejamento para que isso ocorra”, destacou Zielasko.



O POD, que acaba de completar 10 anos, está entre os principais modelos de articulação regional do país, tendo metodologia vem replicada Brasil afora.

A articulação foi estruturada a partir de experiências bem sucedidas internacionalmente, com a premissa de que “regiões unidas tendem a vencer e superar crises com mais facilidade”.

“E tem dado certo, no oeste (do Paraná) isso tem acontecido. Crescemos na casa dos dois dígitos por ano. Estamos entre as regiões que mais crescem no Brasil, com geração de

emprego, renda e desenvolvimento consolidado”, completou o industrial, sobre a região que pretende ser a maior produtora de carne do mundo.

O preço do crescimento: “precisamos de trabalhadores com urgência”

O crescimento regional pelo qual o oeste do Paraná passa tem seu preço. A evolução enfrenta percalços envolvendo a falta de mão de obra. São cerca de 12 mil vagas abertas que não conseguem ser preenchidas. “No POD agimos em parceria com as instituições de ensino, com o segmento industrial, com o poder público, pensando e propondo ações para promover esse preenchimento de vagas sem provocar um caos social. É um dos nossos maiores desafios: atrair profissionais sem colapsar os municípios. Essa

necessidade de novos trabalhadores deve ampliar nos próximos anos com as nossas expectativas de crescimento”, lembrou Zielasko.

Os 50 municípios da região – quase todos vocacionados ao agro e com 47 deles com menos de 100 mil habitantes – registram um Produto Interno Bruto (PIB) que ultrapassa os R\$ 100 bilhões. O que se almeja é muito mais.

“O POD reúne os mais diversos segmentos para pensarem juntos nas soluções dos problemas. São setores que se organizam para reivindicar políticas públicas, investimentos. Não temos poder deliberativo, mas juntos somos mais fortes e chegamos mais longe porque uma demanda regional, quando defendida pela coletividade, tem mais chances de sair do papel

e isso interfere diretamente no crescimento”, avaliou o industrial.

No início do ano, antes da escalada do conflito no Oriente Médio, uma comitiva ligada ao programa esteve em Israel. “Israel tem o mesmo tamanho do oeste do Paraná, metade é deserto e o PIB deles é 33 vezes maior que o nosso. Ou seja, podemos fazer muito mais e para isso contamos com polos importantes de inovação e tecnologia ligados ao POD, com reconhecimento nacional e internacional. Conciliado a essa troca de experiências com outros países e outros modelos de iniciativas regionais, temos crescido de forma exemplar”.

Logística, infraestrutura e o desafio de convencer o poder público

Na conta dos desafios regionais também estão listados entraves logísticos, ambientais e de infraestrutura. A região está no extremo oposto do Porto de Paranaguá. São cerca de 700 quilômetros de distância entre a produção do oeste paranaense e o principal canal de exportação do estado e o segundo maior do país.

Com as novas concessões rodoviárias do Paraná, o segmento vislumbra a duplicação completa da principal rodovia de escoamento produtivo do estado, a BR-277, de Foz do Iguaçu até o porto. “Precisamos de soluções importantes para a trafegabilidade. Obras, duplicações de rodovias, ferrovias”, destacou o

presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Edson Vasconcellos.

Para além das estradas, a expectativa está na Nova Ferroeste, iniciativa que promete revolucionar a estrutura ferroviária paranaense que segue em fase de gestação pela administração estadual. O projeto está interligado a outra proposta, a do corredor ferroviário bioceânico ligando Paranaguá a Antofagasta, no Chile. A promessa é de encurtar caminhos, diminuindo custos e tornando a região oeste paranaense mais competitiva no mercado internacional.



Produtos do oeste paranaense, principalmente proteínas, têm como destino mais de uma centena de países.

O avanço almejado pela região, e que caminha a passos largos à consolidação, conta com a participação direta das cooperativas. Somente as maiores instaladas por lá – Lar, Copacol, C.Vale, Frimesa e Coopavel – têm faturamento bruto anual de R\$ 65 bilhões e crescem acima dos 10% ao ano. Este segmento agroindustrial conta com o apoio da recém-empossada diretoria da Fiep.

O novo presidente, Edson Vasconcellos, tem como proposta percorrer o estado para despertar vocações industriais. Ele quer sensibilizar gestores municipais a pensarem

políticas industriais, para o fomento de parques produtivos, além de medidas que estimulem a permanência das indústrias nas cidades, no que chama de “solução de gargalos”.

Vasconcellos pretende trabalhar para um ambiente atrativo a novas plantas no estado. “E isso vale para o oeste, que tem uma vocação agro consolidada e um trabalho bem desenvolvido, estruturado e de referência. Não sou do segmento agro, mas quero que o setor avance porque fomenta toda a economia. Estamos em um estado com vocação ao agronegócio”, considerou.

Para o presidente da Fiep, essa referência passa obrigatoriamente pela conscientização de toda a cadeia, sobretudo do poder público. “Se um supermercado fechar na cidade, certamente

outro virá, mas se uma Frimesa (com sede em Medianeira. no oeste paranaense) fechar as portas, dificilmente outra virá para se instalar no local”, completou.

Suinocultura está entre as principais metas de crescimento

A Frimesa é o quarto maior player do mercado suíno do Brasil. Emprega 9 mil pessoas, tem mais de 2 mil cooperados e fechou 2022 com faturamento bruto de R\$ 5,6 bilhões. E a empresa mira em ampliar sua fatia no mercado. Para isso, inaugurou uma nova planta industrial no município de Assis Chateaubriand (PR), para se tornar o maior frigorífico da América Latina em abate de suínos.

O pleno funcionamento do espaço é planejado para o fim desta década, com capacidade para abate de 15 mil animais por dia. Por enquanto, a produção gira em torno de 3 mil suínos/dia, com expectativa de chegar a 5 mil/suínos dia até dezembro. Por lá, o desafio também passa pela falta de gente para trabalhar.

De acordo com o CEO da cooperativa, Elias Zydek, a Frimesa quer chegar a mercados que até poucos anos estavam travados para as proteínas brasileiras. O motivo era a condição de área livre de aftosa, mas com vacinação.

Foi do POD a mobilização estadual, nacional e internacional que resultou, em 2020, no Paraná área livre da doença sem vacinação. “Antes atingíamos 40% do mercado, hoje alcançamos 100% e estamos abrindo caminho para

importantes compradores como Japão e Coreia do Sul”, destacou. Zydek está na direção do POD, no Conselho Regional de Sanidade Animal, e teve papel fundamental neste processo.

Para Ocepar, oeste do Paraná precisa vencer limitações para se tornar a maior região produtora de carne

O presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken, reconhece a potência do oeste paranaense na produção de proteínas, mas lembra que a intenção de liderança audaciosa – como maior região produtora de carne – precisa vencer limitações.

“Em alguns municípios temos dificuldades para autorização de outorga de uso de água. Existem

pandemias no setor pecuário, talvez não dê para concentrar tudo (a produção) numa única região, mas o oeste já representa a maior parte da produção de proteína animal do Paraná”, acentuou.

Para Ricken, o setor de suínos é o que terá condições de avançar mais nos próximos anos, focado na abertura de novos mercados. Do total da produção estadual do segmento, 56% estão concentrados nas cooperativas e, dessa fatia, 32% no oeste. Na avicultura, 44% da produção do Paraná estão nas mãos das cooperativas e, sozinho, o oeste responde por 40% dos plantéis e abates

Quando o assunto são os peixes, as cooperativas recebem 30% da produção paranaense e 28% estão na região. “Dizer que será a maior do

mundo é um desejo, não sei como está sendo avaliado isso, mas existem muitas limitações a serem vencidas”, registrou.

Das 140 cooperativas agroindustriais paranaenses, 80 são de produção animal e 60 de produção vegetal (soja, milho, trigo e outros cereais). A maior parte das indústrias do Paraná está focada em produtos de origem animal.

O setor cooperativista do estado tem 11 plantas voltadas ao abate de frangos, das quais oito estão no oeste. Das cinco designadas à suinocultura, quatro estão na região. “A suinocultura tem muito para avançar no Paraná e a região oeste vem se destacando. Isso é (reflexo) do investimento que foi feito pelo segmento cooperativista, ou seja, potencial tem, mas acreditamos que seja preciso

distribuir melhor entre os municípios a produção observando a sustentabilidade e a segurança fitossanitária adequada”, seguiu. Para Ricken, a tendência é que a produção se estenda ao sudoeste, noroeste e região central do estado.

Produtor descapitalizado e falta de recursos para investimentos

Na ponta e na avaliação do produtor, que é quem aloja, alimenta e prepara os animais para o abate, o entrave se chama descapitalização. Na avaliação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep/Senar), os produtores paranaenses têm produzido mais e melhor graças às tecnologias e investimentos, mas a grande limitação está na descapitalização de todas as cadeias produtivas diante de custos de

produção elevados e, recentemente, com preços mais baixos das commodities e da produção de origem animal.

O cenário ainda é limitado diante da falta de crédito e juros elevados para investimentos. Para a Faep, isso tem afetado o acesso ao crédito para a construção de novas granjas, aviários e açudes. O órgão defende melhor estruturação macro e micro da economia que possibilite avanços no segmento que é o mais importante à economia do estado. O Paraná é o segundo maior produtor agrícola do país.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Fusão de impostos, alíquota recorde, cashback, privilégios: a reforma tributária, ponto a ponto](#)
- [Governo tenta acordo para encerrar caso que pode afetar 132 milhões de cotistas do FGTS](#)
- [“Fé nas Alturas” mostra o poder do amor de um pai que precisa salvar a família](#)
- [Os desafios da baixa natalidade: por que as famílias estão encolhendo](#)
- [O ser humano descartável: Canadá agora é o país com mais mortes por eutanásia](#)
- [Queimadas na Amazônia têm alta de 60% em outubro e governantes culpam seca, vento e Bolsonaro](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice